RELATÓRIO TÉCNICO

52ª RODADA DO PENSAR A BAHIA – ETIC

Tema: Como formar educadores e gestores escolares na era digital?

Convidada: Nádia Hage Fialho

Data de realização: 28/05/2025

Síntese curricular da convidada

Professora titular plena e aposentada da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Participa do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) e do Programa de Pós-Graduação Acadêmico, Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). Membro fundadora da Academia de Ciências da Bahia, membro honorária do Fórum de Educação do Estado da Bahia. Tem Mestrado em Educação, pela UFBA, é Doutora em Educação pela UFBA, Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Além disso, possui especialização em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Minas Gerais e pela Universidade Nacional Autônoma do México.

Contextualização do Tema

Como formar educadores e gestores escolares na era digital? A questão orienta a reflexão sobre os desafios contemporâneos da formação desses profissionais diante das transformações tecnológicas. Busca-se compreender como essas mudanças impactam a atuação de educadores e gestores, bem como de que forma se inserem no campo da educação. Nesse contexto, evidencia-se que o cenário é complexo e vai além da disponibilidade de recursos financeiros, envolvendo também o acesso qualificado a conteúdos e conhecimentos.

A discussão envolve ainda a definição de papéis e responsabilidades, considerando as relações entre o público e o privado, as funções de professores e gestores, e os próprios sentidos de ensinar, aprender e educar. Nesse percurso, emergem desafios tanto no âmbito

público quanto no privado, especialmente no que se refere à padronização curricular e às tensões com a valorização das humanidades.

Essa problemática se aprofunda ao reconhecer que a crescente presença das tecnologias digitais nas escolas não exige apenas habilidades técnicas, mas uma transformação significativa nas práticas pedagógicas e nos modelos de gestão. O principal desafio está na defasagem entre os avanços tecnológicos e a preparação dos profissionais da educação para utilizá-los de forma crítica, criativa e adequada. Para os educadores, isso implica integrar as tecnologias de maneira pedagógica, promovendo uma aprendizagem significativa sem reduzir o processo educativo ao uso de ferramentas digitais. Para os gestores, por sua vez, impõe-se a necessidade de repensar a organização escolar e adotar modelos de liderança mais flexíveis e inovadores.

Diante desse cenário, destaca-se a reflexão da professora Nádia, que propõe uma reconfiguração da educação a partir de seus princípios e práticas. Sua proposta estrutura-se em três eixos centrais voltados à valorização dos profissionais da educação básica pública: a implementação de um plano de carreira que estimule o desenvolvimento profissional, a garantia de formação continuada para atualização permanente e a oferta de condições de trabalho adequadas, capazes de favorecer a qualidade do processo educativo.

Compreensão do Problema

O problema central, conforme exposto pela convidada, está relacionado à forma como a educação é compreendida e conduzida por diferentes atores, como gestores, diretores, famílias e o próprio poder público, evidenciando fragilidades tanto na definição de responsabilidades quanto nas relações institucionais de poder. Nesse contexto, destaca-se a falta de clareza na articulação entre União, estados e municípios, especialmente no que se refere à divisão de competências e ao financiamento da educação, o que gera sobreposições e lacunas na implementação de políticas educacionais.

A convidada também chama atenção para a necessidade de incorporar de maneira mais consistente a diversidade social, cultural e étnica do país nas políticas educacionais, considerando as trajetórias desiguais de acesso à educação ao longo da vida. Nesse sentido, aponta a importância de ampliar o debate sobre modalidades como a educação a

distância e a educação bilíngue para surdos, entre outras, como formas de tornar o sistema educacional mais inclusivo e sensível às diferentes realidades dos estudantes.

Outro aspecto relevante do problema diz respeito aos impactos das transformações contemporâneas sobre os processos de aprendizagem. Pesquisas no campo da educação e das neurociências indicam o aumento dos déficits de atenção, dificuldades crescentes de leitura e compreensão, além do isolamento social, que compromete os processos de socialização. Soma-se a isso a difusão massiva de informações muitas vezes superficiais ou pouco confiáveis, o que afeta a capacidade de interpretação e construção do conhecimento.

A problemática também se expressa nas condições concretas vivenciadas por estudantes e profissionais da educação, especialmente no contexto pós-pandêmico. Questões como plano de carreira, formação continuada e condições de trabalho revelam-se centrais, ao mesmo tempo em que o ensino remoto evidenciou desigualdades de acesso e sobrecarga tanto para alunos quanto para professores.

Dessa forma, o problema pode ser compreendido como a inadequação dos modelos tradicionais de formação e gestão educacional frente às demandas da era digital. A ausência de preparo adequado para o uso crítico e pedagógico das tecnologias, aliada às fragilidades estruturais do sistema educacional, dificulta a construção de práticas mais inovadoras, inclusivas e alinhadas a um contexto marcado pela conectividade, dinamismo e complexidade.

Ações e Proposições

No que se refere às ações e proposições para o enfrentamento do problema, a professora apresenta um conjunto estruturado de metas organizadas em formato de linha do tempo, alinhadas ao Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE-BA). Esse quadro contempla 12 metas estratégicas, evidenciando tanto os avanços quanto as lacunas na implementação por parte do poder público, uma vez que nem todas foram plenamente cumpridas ao longo do período de vigência.

Entre as proposições iniciais, destaca-se a necessidade de, já no primeiro ano de vigência do PEE-BA, o Estado aprovar uma lei específica para regulamentar o sistema estadual de

ensino, disciplinando a organização da educação básica e pública no âmbito estadual. Em um momento posterior, como previsto para 2020, enfatiza-se a avaliação progressiva do investimento público em educação, com possibilidade de ampliação por meio de legislação, a fim de garantir os recursos necessários ao cumprimento das metas estabelecidas.

Na etapa mais recente do plano, projeta-se que, até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência, o Poder Executivo estadual encaminhe à Assembleia Legislativa o anteprojeto de lei referente ao novo Plano Estadual de Educação para o decênio seguinte. Esse documento deverá contemplar diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias, assegurando a continuidade do planejamento educacional. Para 2026, reforça-se a necessidade de consolidação e acompanhamento dessas metas e estratégias, garantindo sua efetiva implementação.

Paralelamente, a professora apresenta um segundo conjunto de metas articuladas ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), estruturadas em três eixos principais. O primeiro refere-se à universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos. O segundo trata da universalização do ensino fundamental de nove anos para a população de 6 a 14 anos, com a meta de que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade adequada. O terceiro eixo aborda tanto a universalização do atendimento escolar para jovens de 15 a 17 anos quanto a garantia de acesso à educação básica inclusiva para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades.

No âmbito específico do PEE-BA, conforme a Lei nº 13.559/2016, destaca-se ainda a proposição de articulação com os sistemas municipais de ensino para assegurar a universalização da pré-escola, em consonância com a Emenda Constitucional nº 59/2009, além da ampliação da oferta de educação infantil em creches. Em conjunto, essas ações e proposições evidenciam a necessidade de planejamento contínuo, articulação federativa e compromisso institucional para a efetivação de uma educação pública mais inclusiva, equitativa e alinhada aos desafios contemporâneos.

As principais propostas apresentadas pela convidada podem ser elencadas da seguinte forma:

- Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.
- Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e de aprendizagem do modo a atingir as seguintes medias nacionais para o IDEB.
- Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no pais e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- Erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- Oferecer, no mínimo, 25% das matriculas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
- Triplicar as matriculas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.
- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa liquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matriculas, no segmento público.
- Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.
- Elevar gradualmente o número de matriculas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.
- Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE. Assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação especifica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atuam.

- Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência.
- Assegurar condições, no prazo de dois anos, a existência do plano de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal.
- Assegurar condições, no prazo de dois anos para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e a consulta pública à comunidade escolar.
- Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno bruto – PIB do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.